

## ESCRITORIO REGIONAL 9

**Estudo Técnico Preliminar 5/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 53560.000133/2026-44

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A presente demanda tem por objeto a contratação de serviço de buffet sob demanda, destinado ao atendimento de eventos institucionais, reuniões técnicas, capacitações e demais atividades realizadas no âmbito da Gerência Regional da Anatel nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí (GR09).

2.2. A necessidade decorre da intensificação das atividades institucionais da GR09, que atua como polo regional estratégico, sediando eventos de grande relevância institucional, com participação de representantes da sede da Agência, de outros órgãos públicos, de entidades parceiras e da sociedade.

2.3. Nos últimos meses, verifica-se crescimento significativo na realização de eventos institucionais. A título exemplificativo, no intervalo de aproximadamente cinco meses, foram realizados quatro eventos de grande porte, quais sejam: o Encontro de Contadores e Ordenadores de Despesa, o 4º Seminário do Programa Anatel S, o Workshop para Aculturamento da Integridade da Anatel e a visita institucional da Superintendente de Fiscalização, que envolveu reuniões técnicas, apresentações institucionais e encontros de trabalho contínuos com participação de diversas áreas da Agência.

2.4. Em perspectiva futura, observa-se a manutenção dessa demanda em patamar elevado. Somente para o primeiro semestre de 2026, há previsão de realização de, ao menos, cinco eventos institucionais, incluindo ações educativas com estudantes (estimativa de 50 participantes), o Encontro Nacional de Controle de Obrigações (50 participantes), evento conjunto com o Comando da 10ª Região voltado à segurança de infraestrutura crítica (80 participantes) e curso do sistema e-Fiscaliza (30 participantes), entre outros.

2.5. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de disponibilização de estrutura adequada para recepção dos participantes, incluindo fornecimento de alimentação compatível com a natureza e duração dos eventos, garantindo condições adequadas de acolhimento, conforto e continuidade das atividades institucionais.

2.6. A ausência de solução estruturada para atendimento dessa demanda tem levado à adoção de medidas pontuais e fragmentadas, com prejuízos à eficiência administrativa, à padronização dos serviços e à economicidade das contratações.

2.7. Assim, a contratação de serviço de buffet sob demanda busca atender de forma planejada, eficiente e padronizada às necessidades institucionais da GR09, contribuindo para a adequada execução das atividades da Agência e para o fortalecimento das relações institucionais.

**Riscos relacionados à não celebração do contrato**

2.8. A não contratação do serviço poderá acarretar os seguintes riscos:

- Comprometimento da qualidade dos eventos institucionais, impactando negativamente a imagem institucional da Agência;
- Dificuldades logísticas na realização de reuniões prolongadas, prejudicando a produtividade e o andamento das atividades;
- Necessidade de contratações emergenciais ou fragmentadas, com potencial aumento de custos e redução da eficiência administrativa;
- Prejuízo à adequada recepção de autoridades, parceiros institucionais e representantes da sociedade;
- Risco de descontinuidade ou cancelamento de eventos por ausência de infraestrutura mínima adequada.

2.9. Nesse sentido, entende-se que a contratação do objeto em questão é essencial para a Agência e relevante para o interesse público, estando em consonância com as medidas de racionalização do gasto público, nos termos do art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GR09	Gilberto Studart Gurgel Neto

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1. Da execução indireta:

4.1.1. O DECRETO Nº 9.507 DE 21 DE SETEMBRO DE 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional estabelece, em seu art 3º:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

4.1.2. Considerando que o serviço objeto da contratação não se enquadra nas vedações previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, e que sua execução indireta é admitida por se tratar de atividade auxiliar, instrumental ou acessória, delibera-se pela formalização da instrução processual, a fim de possibilitar a análise da viabilidade de sua terceirização, mediante contratação de empresa que atenda integralmente aos requisitos ora estabelecidos.

#### 4.2 Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

4.2.1. Para o adequado atendimento da demanda institucional identificada, a contratação deverá contemplar requisitos mínimos que assegurem a prestação eficiente, padronizada e compatível com as necessidades operacionais da Gerência Regional.

4.2.2. O serviço deve incluir, ao menos:

a) Fornecimento de alimentação em modelo de *coffee break*, a ser disponibilizado conforme a natureza e a demanda de cada evento institucional. A execução deverá ocorrer sob regime de demanda, sem garantia de consumo mínimo, de modo a conferir flexibilidade à Administração e assegurar maior racionalidade no uso dos recursos públicos. Dentre os insumos estão os seguintes: café; chás (no mínimo três variedades); leite; chocolate quente; suco natural de fruta (no mínimo duas variedades); refrigerantes, inclusive dietéticos (no mínimo duas variedades); água mineral (normal e aromatizada) em suqueiras; *petit fours* salgados e doces (no mínimo quatro variedades); pão de queijo; mini sanduíches (no mínimo três variedades); salgados assados (no mínimo quatro variedades); salgados fritos (no mínimo quatro variedades); tapioca doce de coco e leite condensado; bolos (no mínimo duas variedades); tarteletes (no mínimo uma variedade); *muffins* (no mínimo uma variedade); salada de frutas (com pelo menos cinco tipos de frutas).

b) Serviço a ser prestado durante todo o período do evento, montado em pranchão ou mesa tipo ilha, conforme previamente acordado com o Fiscal do Contrato em área por ele designada, incluindo, pelo menos, café, chás (no mínimo três variedades); água mineral (normal e aromatizada) em suqueiras; água mineral servida em copos de vidros para mesa diretora, salas VIP e demais espaços indicados pelo Fiscal do Contrato.

c) Serviço a ser prestado com mão de obra especializada (garçons, cozinheiros, copeiros, etc.) e materiais e utensílios (equipamentos, louça, mobiliário) necessários à perfeita execução dos serviços.

4.2.3. Em suma, o serviço a ser contratado deverá abranger o fornecimento de alimentação em formato de *coffee break*, a serem disponibilizados conforme a natureza e a demanda de cada evento institucional. A execução deverá ocorrer sob regime de demanda, sem garantia de consumo mínimo, de modo a conferir flexibilidade à Administração e assegurar maior racionalidade no uso dos recursos públicos.

4.2.4. Adicionalmente, a empresa contratada deverá demonstrar capacidade operacional para atendimento a eventos de diferentes portes, incluindo aqueles de pequeno, médio e grande público, garantindo qualidade uniforme na prestação dos serviços. A pontualidade na entrega,

montagem e eventual desmontagem dos serviços constitui requisito essencial, considerando a necessidade de observância rigorosa dos cronogramas institucionais.

4.2.5. Deverá, ainda, ser assegurada a disponibilização de todos os materiais necessários à execução do serviço, incluindo utensílios, louças, equipamentos e itens descartáveis, quando aplicável, de forma a garantir a plena operacionalização dos eventos sem necessidade de complementação por parte da Administração.

4.2.6. Por fim, quando exigido pela natureza do evento, a contratada deverá disponibilizar equipe devidamente treinada e capacitada para o atendimento, assegurando padrões adequados de qualidade, higiene, organização e cortesia, compatíveis com o nível institucional das atividades desenvolvidas.

4.2.7. Quanto aos requisitos específicos, prevê-se a média de 2 (dois) eventos de 50 (cinquenta) pessoas no período de 1 (um) ano, levando em consideração a frequência e assistência dos últimos eventos e/ou reuniões realizados na GR09 e o progressivo recrudescimento dessa frequência.

### 4.3. Critérios e práticas de sustentabilidade

4.3.1. No presente caso, após análise das diretrizes constantes do *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU – 8ª edição*, conclui-se que não se mostra necessária a especificação, neste Estudo Técnico Preliminar, de requisitos adicionais de sustentabilidade aplicáveis ao objeto da contratação.

4.3.2. Isso porque o serviço pretendido — consistente na prestação de serviço de buffet sob demanda para eventos institucionais — não envolve, em sua essência, atividades potencialmente causadoras de impactos ambientais relevantes que demandem a imposição de requisitos técnicos específicos adicionais. Em particular, não há utilização direta de recursos naturais de maior sensibilidade ambiental, como produtos de origem florestal (ex.: madeira), tampouco geração de resíduos classificados como perigosos ou especiais, nem o emprego de combustíveis específicos ou processos produtivos com significativo potencial poluidor.

4.3.3. Nesse contexto, verifica-se que não há exigência, no âmbito do referido Guia Nacional, de adoção de instrumentos como o Cadastro Técnico Federal (CTF/APP), uma vez que a atividade objeto da contratação não se enquadra nas hipóteses de controle ambiental que justificariam tal requisito.

4.3.4. Adicionalmente, constatou-se que não há, no ordenamento jurídico vigente, normas específicas que imponham requisitos obrigatórios de sustentabilidade diretamente relacionados ao objeto em questão, o que reforça a desnecessidade de sua previsão neste momento do planejamento.

4.3.5. Ressalte-se, ainda, que foi realizada análise quanto à existência, no mercado, de soluções que incorporassem critérios de sustentabilidade de forma padronizada e amplamente aplicável ao serviço de buffet sob demanda. Verificou-se que, embora existam boas práticas adotadas por alguns fornecedores — como uso de materiais biodegradáveis, redução de descartáveis e gestão de resíduos — tais práticas não se apresentam de forma uniforme ou como padrão consolidado de mercado, o que poderia restringir indevidamente a competitividade do certame caso fossem impostas como requisito obrigatório neste momento.

4.3.6. Não obstante a ausência de exigências específicas neste Estudo Preliminar, ressalta-se que a Administração poderá, oportunamente, avaliar a inclusão de diretrizes sustentáveis no Termo de Referência, desde que observados os princípios da razoabilidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, podendo contemplar, por exemplo, a adoção de práticas que minimizem o desperdício de alimentos e incentivem o uso de materiais ambientalmente mais adequados, sem comprometer a ampla participação de fornecedores.

4.3.7. Por fim, destaca-se que a própria natureza da contratação — sob demanda — já contribui para a racionalização do consumo, evitando excessos e desperdícios, o que se alinha, ainda que de forma indireta, aos princípios da sustentabilidade e da eficiência no uso dos recursos públicos.

### 4.4. Natureza da Contratação:

4.4.1. Os serviços a serem prestados/ O fornecimento dos bens são considerados **não** continuados ou contratados por escopo, pois visam atender a necessidade pontual e delimitada, relacionadas à execução de atividades ou projetos com objetivos claramente definidos.

4.4.2. A presente contratação possui natureza **não continuada**, caracterizando-se como prestação de serviço por escopo, a ser executada sob demanda, conforme a necessidade da Administração.

4.4.3. Diferentemente dos serviços contínuos, que visam atender demandas permanentes e ininterruptas, o objeto em análise refere-se à prestação de serviços específicos, acionados pontualmente, em função da realização de eventos institucionais previamente já agendados e ainda outros que não foram definidos. Assim, o fornecimento do serviço de buffet somente será solicitado quando houver necessidade concreta, não havendo obrigatoriedade de execução contínua ou regular ao longo do tempo.

4.4.4. Nesse sentido, a contratação impõe à futura contratada o dever de realizar serviços determinados, em períodos previamente estabelecidos pela Administração, conforme as características e o cronograma de cada evento, podendo o prazo de execução ser ajustado ou prorrogado, desde que devidamente justificado, pelo tempo necessário à plena conclusão do objeto demandado.

4.4.5. A adoção desse modelo sob demanda mostra-se mais adequada à natureza variável e não previsível da necessidade administrativa, garantindo maior flexibilidade, eficiência e economicidade, ao evitar a contratação de serviços de forma contínua sem a correspondente utilização.

#### **4.5. Avaliação da duração inicial do contrato:**

4.5.1. O contrato decorrente deste processo terá duração prevista de até 12 meses, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, visto tratar-se de uma contratação por escopo predefinido, podendo ser automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado.

#### **4.6. Garantia da contratação**

4.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, considerando a baixa complexidade e o reduzido risco da contratação.

4.6.2. A contratação não envolve questão de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro.

### **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Para atendimento da demanda institucional descrita, procedeu-se ao levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para a prestação de serviços de alimentação em eventos institucionais, bem como avaliar suas vantagens e desvantagens sob os aspectos de economicidade, eficiência, flexibilidade operacional e aderência às necessidades da Administração.

5.2. A análise considerou práticas adotadas por outros órgãos da Administração Pública Federal, contratações similares realizadas no âmbito de autarquias e agências reguladoras, bem como a forma como o setor privado estrutura a prestação de serviços de buffet corporativo.

5.3. Verificou-se que o mercado de serviços de buffet apresenta ampla oferta de empresas especializadas, com capacidade de atendimento a demandas variáveis, tanto em regime de fornecimento contínuo quanto sob demanda, sendo esta última modalidade amplamente adotada em contratações públicas para eventos institucionais de natureza variável.

5.4. Nesse contexto, foram identificadas as seguintes alternativas:

#### **5.4.1. Alternativa 1: Contratações pontuais por evento (sem contrato prévio)**

**a) Descrição:** Consiste na realização de contratações individualizadas para cada evento, mediante processos administrativos autônomos (dispensa ou licitação), conforme a necessidade.

##### **b) Pontos positivos:**

- Flexibilidade total na escolha de fornecedores para cada evento;
- Possibilidade de customização integral conforme as características específicas de cada demanda;
- Ausência de vinculação contratual de médio ou longo prazo.

##### **c) Pontos negativos:**

- Elevado custo administrativo, com repetição de procedimentos de contratação;
- Risco de fragmentação das contratações, em desacordo com o planejamento;
- Dificuldade de padronização da qualidade dos serviços prestados;
- Possibilidade de aumento de custos unitários, em razão da ausência de ganho de escala;
- Risco de contratações emergenciais em situações de urgência.

#### **5.4.2. Alternativa 2: Execução interna ou uso de recursos próprios**

**a) Descrição:** Consiste na tentativa de atendimento da demanda por meio de estrutura interna da Administração, sem contratação de terceiros.

##### **b) Pontos positivos:**

- Redução aparente de custos diretos com contratação;
- Autonomia na organização dos eventos.

**c) Pontos negativos:**

- Inviabilidade operacional, considerando a ausência de estrutura, equipamentos e pessoal especializado;
- Desvio de finalidade das atividades institucionais dos servidores;
- Risco de comprometimento da qualidade, higiene e segurança alimentar;
- Incompatibilidade com as boas práticas de gestão administrativa.

**5.4.3. Alternativa 3:** Contratação de serviço de buffet sob demanda (modelo proposto)

**a) Descrição:** Consiste na contratação de empresa especializada, mediante instrumento contratual único, para prestação de serviços de buffet sob demanda, conforme acionamento da Administração, sem garantia de consumo mínimo.

**b) Pontos positivos:**

- Racionalização dos processos administrativos, com redução de custos operacionais;
- Maior previsibilidade e planejamento das contratações;
- Padronização da qualidade dos serviços prestados;
- Possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos, em razão da expectativa de demanda agregada;
- Flexibilidade para atendimento de diferentes tipos e portes de eventos;
- Redução do risco de contratações emergenciais;
- Alinhamento com boas práticas de governança e planejamento das contratações públicas.

**c) Pontos negativos:**

- Necessidade de gestão contratual contínua;
- Dependência de um único fornecedor durante a vigência contratual (mitigável por adequada definição de requisitos e penalidades).

**5.5 Da consulta ou audiência pública**

5.5.1. A consulta ou audiência pública foi dispensada pelo fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado.

**5.6. Justificativa da alternativa escolhida:**

5.6.1. Dentre as alternativas analisadas, a contratação de serviço de buffet sob demanda, por meio de contrato administrativo, mostra-se a solução mais adequada para o atendimento da necessidade identificada.

5.6.2. Tal modelo concilia flexibilidade operacional com eficiência administrativa, permitindo o atendimento de demandas variáveis sem a necessidade de múltiplos processos licitatórios, ao mesmo tempo em que possibilita a obtenção de melhores condições econômicas, em razão da consolidação da demanda ao longo do tempo.

5.6.3. Além disso, a solução proposta está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e padronização das contratações públicas, reduzindo custos administrativos, mitigando riscos operacionais e assegurando maior qualidade na prestação dos serviços.

5.6.4. Adicionalmente, a ampla disponibilidade de fornecedores no mercado e a natureza comum do objeto garantem a competitividade do certame, favorecendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**5.7. Justificativa para a Dispensa de Licitação:**

5.7.1. A presente contratação enquadra-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta para outros serviços e compras cujo valor seja inferior ao limite legal estabelecido.

5.7.2. No caso concreto, trata-se de contratação de serviço comum de buffet sob demanda, cuja natureza e características não demandam procedimento licitatório, desde que respeitado o limite de valor previsto na legislação.

5.7.3. Para fins de estimativa, considerou-se o histórico recente de contratações realizadas por esta unidade. Conforme verificado no Processo nº 53560.000114/2026-18, o valor médio de contratação de serviço de buffet para atendimento de aproximadamente 50 (cinquenta) pessoas foi de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), o que demonstra a razoabilidade e aderência dos preços praticados ao mercado.

5.7.4. A partir desse parâmetro, e considerando a estimativa de demanda mensal máxima de até 100 (cem) participantes, projeta-se um custo mensal aproximado de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). Em projeção anual, tal valor perfaz montante estimado de pouco mais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), portanto significativamente inferior ao limite legal atualmente vigente para dispensa de licitação.

5.7.5. Adicionalmente, ressalta-se que o cálculo do valor total observa o disposto no art. 75, §1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, considerando o somatório das despesas realizadas no exercício financeiro pela unidade gestora e a natureza homogênea do objeto (serviços de buffet), não se verificando fracionamento indevido de despesa.

5.7.6. Importante destacar, ainda, que a adoção da dispensa de licitação, neste caso, mostra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e celeridade administrativa, evitando a instauração de procedimento licitatório mais complexo e oneroso para a Administração, cujo custo processual poderia superar o benefício econômico da disputa.

5.7.7. Por fim, será observado o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com a divulgação prévia de aviso em sítio eletrônico oficial, visando à obtenção de propostas adicionais e à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, garantindo transparência e competitividade ao processo.

5.7.8. Diante do exposto, resta devidamente caracterizada a hipótese de dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

## 5.8. Subcontratação

5.8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, pelas razões abaixo justificadas:

5.8.2. A contratação não possui alta complexidade, sendo perfeitamente executável por uma única empresa especializada do ramo, não se justificando a terceirização.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de buffet sob demanda, destinada ao atendimento de eventos institucionais realizados no âmbito da Gerência Regional da Anatel nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí (GR09).

6.2. A solução deve ser compreendida de forma integrada, abrangendo todos os elementos necessários à adequada execução dos serviços, de modo a garantir o pleno atendimento das necessidades institucionais identificadas. Nesse sentido, não se limita ao fornecimento de alimentos, mas envolve um conjunto estruturado de atividades e insumos que, em conjunto, asseguram a qualidade, eficiência e regularidade da prestação.

6.3. Dentre os componentes da solução, destacam-se:

- **Planejamento e organização do serviço**, a partir das demandas específicas da Administração, considerando o tipo de evento, número estimado de participantes, duração e características do público;
- **Fornecimento de alimentos e bebidas**, em conformidade com padrões adequados de qualidade, higiene e segurança alimentar, incluindo coffee breaks, coquetéis e refeições leves, conforme demanda;
- **Preparação, transporte e acondicionamento dos alimentos**, observando as normas sanitárias vigentes e garantindo a integridade e qualidade dos produtos até o momento do consumo;
- **Montagem, reposição e desmontagem da estrutura de atendimento**, quando aplicável, assegurando a adequada organização do espaço destinado ao evento;
- **Disponibilização de materiais e insumos necessários**, tais como utensílios, louças, equipamentos de apoio e itens descartáveis, quando pertinentes;
- **Disponibilização de equipe de apoio**, quando exigido pela natureza do evento, devidamente treinada para atendimento, manipulação de alimentos e suporte operacional;
- **Gestão de resíduos gerados durante a prestação do serviço**, com observância de práticas adequadas de descarte, sempre que aplicável.

6.4. A execução dos serviços dar-se-á sob regime de demanda, mediante acionamento prévio da Administração, não havendo obrigação de consumo mínimo, o que confere maior flexibilidade e aderência às necessidades variáveis da unidade.

6.5. No que se refere à manutenção e assistência técnica, ressalta-se que, em razão da natureza do objeto — prestação de serviço eventual e não fornecimento de bens duráveis — tais exigências não se aplicam de forma típica. Contudo, a contratada deverá garantir a substituição imediata de quaisquer itens, insumos ou serviços que se apresentem em desconformidade com os padrões de qualidade exigidos, bem como assegurar a continuidade da prestação durante o evento, sem prejuízo à sua execução.

6.6. Sob a perspectiva técnica, a solução proposta mostra-se adequada por permitir o atendimento eficiente e padronizado das demandas institucionais, assegurando qualidade na prestação dos serviços, conformidade com normas sanitárias e flexibilidade operacional.

6.7. Do ponto de vista econômico, a contratação sob demanda revela-se vantajosa, na medida em que evita custos fixos desnecessários, reduz o desperdício de recursos e possibilita a otimização das despesas públicas, ao vincular o gasto à efetiva necessidade. Ademais, a consolidação das demandas em um único instrumento contratual contribui para a obtenção de melhores condições comerciais, em razão do ganho de escala e da previsibilidade para o fornecedor.

6.8. Dessa forma, a solução proposta atende de maneira integrada, eficiente e economicamente vantajosa à necessidade que fundamenta a presente contratação, constituindo alternativa adequada sob os aspectos técnico, operacional e financeiro.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em metodologia que combina a análise de série histórica recente de eventos realizados pela unidade com a projeção de demandas futuras já identificadas, considerando, ainda, a natureza variável e sob demanda do objeto.

7.2. Inicialmente, foram considerados dados concretos de consumo, extraídos de contratações anteriores realizadas pela Gerência Regional, em especial o Processo nº 53560.000114/2026-18, no qual se verificou a contratação de serviço de buffet para aproximadamente 50 (cinquenta) participantes por evento. Tal parâmetro foi utilizado como referência média para dimensionamento das demandas típicas da unidade.

7.3. Adicionalmente, foi realizada análise qualitativa e quantitativa dos eventos institucionais efetivamente realizados no período recente. No intervalo de aproximadamente cinco meses, foram realizados quatro eventos de médio e grande porte, com participação de servidores, autoridades e representantes institucionais, evidenciando uma frequência média próxima de um evento mensal, com tendência de crescimento.

7.4. No que se refere à demanda prospectiva, foram considerados os eventos já previstos para o primeiro semestre de 2026, os quais totalizam, no mínimo, cinco eventos institucionais, com público estimado entre 30 (trinta) e 80 (oitenta) participantes, conforme planejamento já consolidado pela unidade.

7.5. Com base nesses elementos, adotou-se o seguinte **método de estimativa**:

- Definição de público médio por evento: 50 participantes;
- Consideração de eventos de maior porte: até 80 participantes;
- Frequência média estimada: 2 eventos mensais (incluindo eventos previstos e margem para demandas supervenientes);
- Previsão de atendimento mensal máximo: até 100 participantes (cenário conservador, considerando sobreposição ou ampliação de eventos).

### Memória de cálculo

- Público médio por evento: 50 participantes
- Eventos mensais estimados: 2
- Público mensal estimado: 100 participantes
- Público anual estimado: 1.200 participantes

7.6. Ressalta-se que a estimativa foi construída de forma prudencial, considerando margem para variações decorrentes de eventos extraordinários, visitas institucionais não programadas, capacitações adicionais e ações educativas, características inerentes à atuação da GR09.

7.7. Importante destacar que, em razão da natureza sob demanda da contratação, não há obrigatoriedade de consumo integral das quantidades estimadas, as quais representam apenas um referencial para fins de planejamento e dimensionamento do contrato, não configurando compromisso de aquisição mínima por parte da Administração.

7.8. Ademais, a adoção de estimativa global contribui para a obtenção de economia de escala, na medida em que possibilita ao fornecedor precificar os serviços com base em uma expectativa de demanda agregada, favorecendo a apresentação de propostas mais vantajosas.

7.9. No tocante à previsibilidade de itens específicos (tipos de cardápio, variações alimentares, quantitativos exatos por evento), destaca-se que tais elementos serão definidos no momento de cada solicitação, sendo recomendável a inclusão, no instrumento contratual, de mecanismos que assegurem flexibilidade na execução, sem prejuízo da qualidade e do controle dos serviços prestados.

7.10. Por fim, os dados utilizados para a presente estimativa encontram respaldo em documentos constantes dos autos, especialmente contratações anteriores e planejamento institucional de eventos, atendendo ao disposto no art. 9º, §1º, da Instrução Normativa nº 58/2022.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 63.120,00

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em parâmetros preliminares de mercado e em contratações anteriores realizadas por esta unidade, tendo por finalidade subsidiar a análise de viabilidade da contratação, nos termos do art. 9º, §1º, da Instrução Normativa nº 58/2022.

8.2. Ressalta-se, desde logo, que a presente estimativa possui caráter inicial e orientativo, não se confundindo com a pesquisa de preços detalhada a ser realizada na fase de elaboração do Termo de Referência, ocasião em que serão observados, de forma mais aprofundada, os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

8.3. Para fins deste Estudo Técnico Preliminar, adotou-se como principal referência o histórico recente de contratações da própria Administração, em especial o Processo nº 53560.000114/2026-18, no qual se verificou o valor médio de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) para prestação de serviço de buffet destinado ao atendimento de aproximadamente 50 (cinquenta) participantes.

8.4. A partir desse parâmetro, foi possível estimar o custo unitário médio por participante, conforme segue:

- Valor médio por evento (50 participantes): R\$ 1.300,00
- Custo médio por participante: R\$ 26,00

8.5. Com base na estimativa de quantidades apresentada no item anterior, que projeta um atendimento mensal de até 100 (cem) participantes, obteve-se a seguinte memória de cálculo:

- Custo médio por participante: R\$ 26,00
- Público mensal estimado: 100 participantes
- Custo mensal estimado: R\$ 2.600,00
- Custo anual estimado: R\$ 31.200,00

8.6. Dessa forma, o valor global estimado para a contratação, considerando um horizonte de 12 meses, perfaz o montante de aproximadamente:

**R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais)**

8.7. Importante destacar que a estimativa foi construída de forma conservadora, considerando a possibilidade de variações no quantitativo de participantes e na frequência de eventos, bem como eventuais oscilações de preços de mercado, especialmente no setor de alimentos e serviços.

8.8. Ademais, a definição do valor estimado levou em consideração a natureza sob demanda da contratação, de modo que o valor global representa apenas um teto estimativo, não implicando obrigação de contratação integral por parte da Administração.

8.9. No que se refere à metodologia de pesquisa de preços a ser adotada na fase subsequente, esta observará os parâmetros definidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, com priorização de:

- dados constantes de sistemas oficiais de governo, como o Painel de Preços; e
- contratações similares realizadas pela Administração Pública no período de até 1 (um) ano anterior, devidamente atualizadas.

8.10. Adicionalmente, a Administração poderá, caso entenda pertinente, resguardar o detalhamento da pesquisa de preços em anexo classificado, a fim de preservar a estratégia de contratação até a conclusão do certame, nos termos da legislação aplicável.

8.11. Por fim, destaca-se que o valor estimado encontra-se significativamente abaixo do limite legal previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o que reforça a viabilidade jurídica da contratação por dispensa de licitação, sem prejuízo da observância dos princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 40, V, “b”, e do art. 47, II, ambos da Lei nº 14.133/2021, bem como das orientações consolidadas do Tribunal de Contas da União, a regra geral nas contratações públicas é o parcelamento do objeto, desde que técnica e economicamente viável e que não haja prejuízo ao conjunto da solução. Todavia, no caso concreto, a análise técnica conduz à conclusão de que **não se recomenda o parcelamento da solução**, pelas razões a seguir expostas:



#### a) Inviabilidade técnica do parcelamento

9.2. O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de buffet sob demanda, compreendendo o fornecimento integrado de alimentos, bebidas, utensílios, materiais de apoio, logística, montagem e, quando necessário, equipe de atendimento. Trata-se, portanto, de um **serviço essencialmente integrado**, cuja adequada execução depende da coordenação simultânea e harmônica de todos esses elementos.

9.3. A eventual divisão do objeto entre múltiplos fornecedores — por exemplo, separando alimentação, utensílios e equipe — poderia comprometer a qualidade final do serviço, gerar incompatibilidades operacionais e dificultar a responsabilização por falhas na execução, em desacordo com o disposto no art. 47, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021.

#### b) Inviabilidade econômica do parcelamento

9.4. Sob o ponto de vista econômico, a contratação de um único fornecedor tende a ser mais vantajosa para a Administração, na medida em que possibilita **ganhos de escala**. Empresas especializadas em serviços de buffet operam com estrutura própria integrada, o que lhes permite diluir custos fixos (logística, equipe, aquisição de insumos, transporte e montagem) e ofertar preços mais competitivos.

9.5. A fragmentação da contratação, por sua vez, implicaria aumento de custos indiretos, duplicação de despesas logísticas e possível repasse de encargos adicionais à Administração, reduzindo a economicidade da contratação.

#### c) Eficiência na gestão contratual

9.6. A contratação de um único fornecedor contribui significativamente para a **eficiência administrativa**, ao simplificar a gestão e a fiscalização contratual. A existência de múltiplos contratos para um mesmo evento ou conjunto de eventos aumentaria a complexidade da gestão, exigindo maior alocação de recursos humanos para acompanhamento, controle e eventual resolução de conflitos entre fornecedores.

9.7. Além disso, a centralização da execução em um único contratado favorece a padronização dos serviços, a previsibilidade na qualidade das entregas e a agilidade na solução de eventuais intercorrências.

#### d) Avaliação dos critérios legais de parcelamento

9.8. Diante da análise realizada, conclui-se que:

- **Não é tecnicamente viável dividir a solução**, em razão da natureza integrada do serviço;
- **Não é economicamente vantajoso o parcelamento**, diante da perda de economia de escala;
- **Haveria perda de eficiência administrativa**, com aumento da complexidade na gestão contratual;
- **Não há ganho relevante de competitividade** que justifique a divisão, uma vez que o mercado dispõe de diversos fornecedores capazes de executar integralmente o objeto.

9.9. Diante do exposto, conclui-se que **a solução não deve ser parcelada**, devendo a contratação ser realizada de forma única, com a seleção de um único fornecedor apto a executar integralmente o objeto. Tal decisão se mostra alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, assegurando a adequada prestação dos serviços e a melhor relação custo-benefício para a Administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Ressalta-se que a presente contratação foi concebida de forma a **minimizar a dependência de contratações paralelas**, ao prever solução integrada de fornecimento de alimentação com disponibilização de utensílios, materiais e, quando necessário, equipe de apoio, reduzindo a necessidade de mobilização de outros contratos para viabilizar a execução dos eventos.

10.2. No que se refere à interdependência, não há vínculo direto com contratos vigentes que impeçam ou condicionem a realização da presente contratação. Trata-se de solução autônoma, que pode ser executada independentemente de outros ajustes, ainda que possa, de forma complementar, articular-se com contratações existentes para melhor atender às demandas institucionais.

10.3. Adicionalmente, destaca-se que a inexistência de um contrato específico para serviços de buffet sob demanda pode levar à utilização de soluções fragmentadas, menos eficientes e potencialmente mais onerosas, como contratações emergenciais ou aquisições pontuais de itens, o que reforça a necessidade de estruturação da presente contratação como instrumento próprio e adequado.

Por fim, registra-se que a formalização desta contratação contribui para o **planejamento integrado das demandas administrativas**, promovendo maior racionalização dos gastos públicos, padronização dos serviços e melhoria na gestão dos recursos logísticos destinados à realização de eventos institucionais, em alinhamento com as boas práticas de governança e planejamento das contratações públicas.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- 11.1. As diretrizes estratégicas da Anatel constam no Plano Estratégico 2023 a 2027, publicado em novembro de 2022.
- 11.2. A visão institucional da Anatel é definida no Plano Estratégico como sendo: "Ser uma instituição ativa na transformação digital no país, promovendo mercados dinâmicos com serviços de qualidade".
- 11.3. A Agência tem como missão "Promover o desenvolvimento da conectividade e da digitalização do Brasil em benefício da sociedade".
- 11.4. O referido Plano Estratégico define ainda como valores: "Inovação Segurança Regulatória Foco em resultados e efetividade Construção Participativa".
- 11.5. Nesse sentido, verifica-se que a presente contratação se alinha na Perspectiva de Processos de Gestão Interna dentro do planejamento estratégico da Agência, ao(s) seguinte(s) objetivo(s):

**Gestão interna**

4A - Promover a oxigenação e a capacitação dos servidores;

4B - Garantir a transparência e a gestão interna adequada.

- 11.6. No mais, consigna-se que a presente contratação consta na lista de Projetos aprovados no Plano Anual de Contratações para o ano de 2026, conforme ID PCA nº 413010-8/2026.
- 11.7. A presente contratação também está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel para o biênio 2025-2026, aprovado por meio da Resolução Interna Anatel nº 453, de 30 de junho de 2025, em especial em relação aos seguintes princípios e diretrizes:

**Eixo 3 - Identificação dos Objetos de Menor Impacto Ambiental**

Princípios/Diretrizes:

Considerar o ciclo de vida do objeto e os custos indiretos na avaliação da proposta mais vantajosa para a Administração.

Priorizar, nas aquisições e contratações governamentais, os produtos reciclados e recicláveis e os bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

**Eixo 4 - Fomento à Inovação no Mercado**

Princípio/Diretriz:

Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, por meio dos processos licitatórios.

**Eixo 5 - Negócios de Impacto nas Contratações**

Princípios/Diretrizes:

Identificar e difundir boas práticas de governança de programas e instituições públicas.

**Eixo 7 - Qualidade de Vida no Trabalho e Solidariedade**

Princípios/Diretrizes:

Promover saúde mental e bem-estar de servidores e colaboradores.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- 12.1. A presente contratação tem por objetivo proporcionar à Administração condições adequadas, eficientes e padronizadas para o atendimento das demandas institucionais relacionadas à realização de eventos, reuniões técnicas, capacitações e demais atividades que envolvam a recepção de públicos internos e externos no âmbito da Gerência Regional do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí (GR09).
- 12.2. Como resultados diretos, espera-se:
- **Garantia de suporte logístico adequado** à realização de eventos institucionais, por meio do fornecimento tempestivo e de qualidade de serviços de alimentação, contribuindo para o bom andamento das atividades e para a adequada recepção de participantes;

- **Padronização dos serviços de buffet**, assegurando qualidade mínima, apresentação adequada e conformidade com as necessidades institucionais, evitando disparidades decorrentes de contratações pontuais e não estruturadas;
- **Maior eficiência administrativa**, com a redução do tempo e do esforço despendidos na realização de múltiplas contratações isoladas para cada evento, permitindo que a equipe concentre seus esforços em atividades finalísticas;
- **Racionalização dos gastos públicos**, mediante a contratação sob demanda, sem obrigação de consumo mínimo, possibilitando maior controle sobre a execução orçamentária e evitando desperdícios;
- **Maior previsibilidade e planejamento das despesas**, com base em parâmetros previamente definidos, favorecendo a gestão orçamentária e financeira da unidade.

12.3. Como resultados indiretos, destacam-se:

- **Fortalecimento da imagem institucional da Agência**, por meio da adequada recepção de autoridades, parceiros institucionais, representantes de outros órgãos e da sociedade, contribuindo para a credibilidade e legitimidade da atuação institucional;
- **Melhoria do ambiente organizacional e da experiência dos participantes**, favorecendo a integração, o engajamento e a produtividade em reuniões e eventos de trabalho;
- **Apoio à execução de políticas públicas e ações institucionais**, ao viabilizar encontros técnicos, capacitações e iniciativas de conscientização que demandam estrutura mínima de acolhimento;
- **Estímulo ao desenvolvimento do mercado local**, ao possibilitar a participação de empresas da região na prestação dos serviços, em consonância com os princípios da competitividade e do desenvolvimento nacional sustentável;
- **Alinhamento às boas práticas de governança e planejamento**, ao estruturar a demanda de forma antecipada, reduzindo contratações emergenciais e promovendo maior transparência e eficiência nos processos administrativos.

12.4. Dessa forma, a contratação proposta contribui não apenas para o atendimento imediato das necessidades logísticas da GR09, mas também para o aprimoramento da gestão pública, promovendo ganhos em termos de eficiência, economicidade, qualidade dos serviços prestados e fortalecimento institucional.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências prévias a serem adotadas pela Administração para a celebração do contrato.

13.2. A execução do objeto não demanda adequações estruturais, tecnológicas ou operacionais no âmbito da unidade, tampouco a realização de capacitação específica de servidores, considerando que os serviços serão prestados de forma autônoma pela futura contratada, a qual deverá dispor de todos os recursos materiais e humanos necessários à sua execução.

13.3. Adicionalmente, a fiscalização contratual poderá ser desempenhada por servidores já integrantes do quadro da unidade, não sendo necessária a adoção de medidas preparatórias adicionais para viabilizar a gestão e o acompanhamento da contratação.

13.4. Dessa forma, conclui-se que a contratação poderá ser implementada de forma imediata, após a sua formalização, sem a necessidade de providências administrativas prévias.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Considerando a natureza do objeto, não foram identificados impactos ambientais relevantes decorrentes da contratação pretendida.

14.2. O serviço de buffet sob demanda caracteriza-se como atividade de baixo impacto ambiental direto, não envolvendo processos produtivos industriais, utilização intensiva de recursos naturais, geração de resíduos perigosos ou emissão significativa de poluentes. Trata-se, essencialmente, de fornecimento de alimentos preparados e serviços correlatos, em escala limitada e vinculados a eventos institucionais pontuais.

14.3. Adicionalmente, não há exigência de utilização de insumos que demandem controle ambiental específico, tampouco o emprego de materiais ou substâncias classificados como potencialmente poluidores ou sujeitos a licenciamento ambiental. Os resíduos eventualmente gerados (como restos de alimentos e materiais descartáveis) são de natureza comum, sendo passíveis de gerenciamento pelos sistemas regulares de coleta pública, sem necessidade de tratamento especial.

Ressalta-se, ainda, que a responsabilidade pela adequada destinação dos resíduos gerados durante a execução dos serviços poderá ser atribuída à contratada, conforme vier a ser estabelecido no Termo de Referência, observadas as boas práticas de manejo e descarte ambientalmente adequado.

Dessa forma, conclui-se que a contratação não enseja impactos ambientais significativos, não sendo necessárias, neste momento, medidas mitigadoras específicas além da observância das normas gerais de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Assim, diante do exposto acima, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, considerando sua adequação ao atendimento da necessidade a qual se destina, consoante o inciso XIII, art 9º da Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, da SEGES/ME.

Em cumprimento ao disposto no inciso XIII, art 9º da IN 58 de 8 de agosto de 2022, da SEGES/ME, e ao inciso I do art. 14 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, o presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação, e pela autoridade competente, a qual aprova o presente documento de planejamento, com fulcro no art. 7º § 2º da Resolução Interna 214, de 23 de maio de 2023.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Em cumprimento ao disposto no inc. XIII, art 9º da IN 58/2022-SEGES/ME, e ao inc. I, art. 14 da Lei 14.133/2021, o presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento.

**FRANCISCO WILSON DE OLIVEIRA GOMES**

Membro da comissão de contratação

Despacho: Em cumprimento ao disposto no inc. XIII, art 9º da IN 58/2022-SEGES/ME, e ao inc. I, art. 14 da Lei 14.133/2021, o presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento.

**MARIANA ALMEIDA DE SOUSA TALOUKI**

Requisitante

Despacho: Em cumprimento ao disposto no inc. XIII, art 9º da IN 58/2022-SEGES/ME, e ao inc. I, art. 14 da Lei 14.133/2021, o presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento.

**GILBERTO STUDART GURGEL NETO**

